TC 020.620/2004-6

Tipo: tomada de contas especial

Entidade: município de Pirapemas/MA

Responsáveis: Carmina Carmen Lima Barroso Moura (CPF 055.517.223-68), Eliseu Barroso de Carvalho Moura (CPF 054.829.413-53), Maurie Anne Mendes Moura (CPF 854.498.064-34), Wellington Manoel da Silva Moura (CPF 170.199.582-49), João da Silva Neto (CPF 239.914.963-72), Walter Pinho Lisboa Filho (CPF 074.646.653-68), José Orlando Rodrigues Aquino (CPF 150.210.683-34), João Araujo da Silva Filho (CPF 128.676.753-91), Gilmar Sales Ribeiro (CPF 507.833.783-00), Francisco de Assis Sousa (CPF 068.170.843-34), Construssonda Construções Ltda. (CNPJ 01.600.175/0001-00), Construtora Ômega Ltda. (CNPJ 69.573.590/0001-43), N.C. Construções, Perfurações e Comércio Ltda. (CNPJ 02.355.977/0001-57).

Advogados: Emmanuel Almeida Cruz (OAB/MA 3.806), Eriko José Domingues da Silva Ribeiro (OAB/MA 4.835), José de Ribamar Cardoso Filho (OAB/MA 2.666), Luiz Jorge Matos (OAB/MA 5.962), Jurandir Aparecido Simões da Silva (OAB/SP 156.240 e OAB/MA 5.206-A), Adriana Pinheiro de Moura (OAB/PI 7405), José Norberto Lopes Campelo (OAB/PI 2594), Nathalie Cancela Cronemberger Campelo (OAB/PI 2953), Paulo Humberto Freire Castelo Branco (OAB/CE 9473 e OAB/MA 7488-A), Renata Cristina Azevedo Coqueiro Carvalho (OAB/PI 6066) e Thaynara Santos Fernandes (OAB/PI 7795).

CHECK-LIST DE INEXISTÊNCIA DE ERRO MATERIAL EM ACÓRDÃOS

Dados do Acórdão Condenatório (peça nº 8, p. 62-63)

Número/ano: 3179/2010

Colegiado: Plenário

Data da Sessão: 24/11/2010

Ata nº: 43/2010

Itens verificados no acórdão:	Sim	Não	Não se aplica
1. Estão corretas as grafias dos nomes dos responsáveis?	X		
2. Estão corretos os números dos CPFs dos responsáveis?		X	
3. Estão corretos os valores dos débitos e/ou multas?	X		
4. Estão corretas as datas dos débitos?	X		
5. Está correta a identificação da deliberação recorrida?			X
6. Os cofres identificados no acórdão para recolhimento dos débitos estão corretos?	X		
7. As multas serão recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional?	X		
8. Há autorização expressa para a cobrança judicial da dívida?	X		
9. Há coincidência entre a proposta de mérito da UT, notadamente quanto ao valor dos débitos e multas imputados, e os termos do acórdão?	X		

9.1 A eventual alteração introduzida foi justificada no voto do relator?			X
10. Há algum outro erro material que justifique apostilamento?		X	
11. Há necessidade de autuação de processo de monitoramento?		X	

Dados do Acórdão denegando recursos (peça nº 57)

Número/ano: 1041/2013

Colegiado: Plenário

Data da Sessão: 24/4/2013

Ata nº: 13/2013

Recorrentes: Eliseu Barroso de Carvalho Moura (CPF 054.829.413-53), João da Silva Neto (CPF 239.914.963-72), João Araujo da Silva Filho (CPF 128.676.753-91), Francisco de Assis Sousa (CPF 308.937.043-34) e Construssonda Construções Ltda (CNPJ 01.600.175/0001-00).

Itens verificados no acórdão:	Sim	Não	Não se aplica
1. Estão corretas as grafias dos nomes dos responsáveis?	X		
2. Estão corretos os números dos CPFs dos responsáveis?	X		
3. Estão corretos os valores dos débitos e/ou multas?			X
4. Estão corretas as datas dos débitos?			X
5. Está correta a identificação da deliberação recorrida?	X		X
6. Os cofres identificados no acórdão para recolhimento dos débitos estão corretos?			X
7. As multas serão recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional?			X
8. Há autorização expressa para a cobrança judicial da dívida?			X
9. Há coincidência entre a proposta de mérito da UT, notadamente quanto ao valor dos débitos e multas imputados, e os termos do acórdão?			X
9.1 A eventual alteração introduzida foi justificada no voto do relator?			X
10. Há algum outro erro material que justifique apostilamento?		X	
11. Há necessidade de autuação de processo de monitoramento?		X	

INSTRUÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE ERRO MATERIAL EM ACÓRDÃO

2. Atesto que, após conferência dos termos do Acórdão 3179/2010-TCU-Plenário, identifiquei erro material no CPF do Sr. Francisco de Assis Sousa, visto que constou no aludido acórdão o CPF 068.170.843-34, de homônimo, em vez do CPF 308.937.043-34 constante nos documentos acostados aos autos, inclusive na procuração do responsável outorgando poderes a procurador (peça 25).

3. Atesto que, após conferência dos termos do Acórdão 1041/2013-TCU-Plenário, **NÃO** identifiquei erro material nos itens acima analisados.

4. Compulsando os autos, verificou-se ainda a necessidade de renovar a notificação, quanto ao Acórdão 3179/2010-TCU-Plenário, dos seguintes responsáveis:

- a) Sra. Carmina Carmen Lima Barroso Moura (CPF 055.517.223-68), pois o aviso de recebimento (peça 9, p. 52-53), referente ao ofício 3.646/2011-TCU/SECEX-MA (peça 9, p. 1-2), foi devolvido ao remetente com o motivo “mudou-se”, embora posteriormente tenha sido juntada procuração da responsável outorgando poderes a procurador (peça 65);
- b) Sr. Walter Pinho Lisboa Filho (CPF 074.646.653-68), pois não consta dos autos o aviso de recebimento referente ao ofício 3.647/2011-TCU/SECEX-MA (peça 9, p. 17-18), embora tenha sido juntada procuração do responsável outorgando poderes a procurador (peça 64); e
- c) N. C. Construções, Perfurações e Comércio Ltda (CNPJ 02.355.977/0001-57), pois não consta dos autos o aviso de recebimento referente ao ofício 3.664/2011-TCU/SECEX-MA (peça 9, p. 25), e o aviso de recebimento (peça 9, p. 48-49), referente ao ofício 241/2012-TCU/SECEX-MA (peça 9, p. 47), foi devolvido ao remetente com o motivo “mudou-se”.

4.1. No que concerne à notificação da Construtora Ômega Ltda, também o aviso de recebimento, referente ao ofício 3.663/2011-TCU/SECEX-MA (peça 9, p. 23-24), foi devolvido ao remetente com o motivo “desconhecido”. Entretanto, embora à primeira vista esteja presente a necessidade de renovar a notificação, há nos autos elementos suficientes apontando que a empresa referenciada é uma ficção jurídica, nunca teria existido realmente, não tendo nem mesmo CNPJ válido cadastrado na receita federal, não se justificando a manutenção da condenação imposta no Acórdão 3179/2010-TCU-Plenário, ao lhe imputar débito solidário e aplicar multa individual, pois, de certo que ao serem constituídos os respectivos processos de cobrança executiva, eles demandarão recursos materiais e pessoais e não alcançarão seu intento.

4.1.1. Nos autos, apontando para a existência da Construtora Ômega Ltda, somente consta o seu contrato social, datado de 4/9/1993, sem registro do seu arquivamento na Junta Comercial (peça 19, p. 36-37). Os ofícios de citação e de notificação do acórdão condenatório não lograram êxito em localizar o endereço da empresa, e desde o início dos trabalhos empreendidos por esta Corte de Contas constam registros apontando para a sua inexistência física e jurídica, conforme excertos abaixo transcritos:

a) Do Relatório que fundamentou o Acórdão 534/2002-TCU-Plenário, ao reproduzir o relatório de auditoria elaborado por equipe da SECEX-MA (peça 1, p. 18):

(...)

22.45 Segundo declaração do Sr. João da Silva Neto, reproduzida no item 21.37 retro, a CONSTRUTORA ÔMEGA LTDA, é outra sob o controle do Sr. Wellington Moura. A assinatura do Sr. Wellington Moura foi constante no campo próprio das testemunhas no documento de constituição da empresa. Na prestação de contas do convênio 3256/94-FNDE, são relacionadas 04 (quatro) notas fiscais da empresa, em contrapartida de pagamentos no montante de R\$ 77.189,55. De quatro cheques atribuídos à empresa, e de dois já examinados, revela-se que só um deles, no valor de R\$ 23.156,87, foi nominativo à empresa, pois o outro, de valor R\$ 19.997,88, saiu nominativo à Construtora Vale do Itapecuru, que tem como sócio o Sr. Wellington Moura. No CREA/MA não consta qualquer registro de obra realizada pela Construtora Ômega Ltda. Nem mesmo o CGC que a empresa apresenta em suas notas fiscais é cadastrado na Receita Federal.

b) Da instrução emitida por auditor desta unidade técnica, em 28/1/2008 (peça 8, p. 4):

(...)

6.1.4.1 A ÔMEGA tem como sócios João Luís da Silva de Oliveira e Hélio da Silva Oliveira. O senhor Wellington Moura foi testemunha instrumentária do contrato social da empresa. No CREA-MA não há qualquer registro de obra em nome da empresa e o seu CNPJ, indicado em

documentos fiscais próprios, não consta na base de dados da Receita Federal, conforme apurou a auditoria deste TCU (v. IIs.154/155 - Anexo 3).

c) Do Relatório que fundamentou o Acórdão 3.179/2010-TCU-Plenário (peça 8, p. 23 e 52):

(...)

12.4 Não apresentaram defesa os senhores Wellington Manoel da Silva Moura e João da Silva Neto, José Orlando Rodrigues Aquino, a senhora Maurie Anne Mendes Moura e as empresas Construssonda Construções Ltda. e Construtora Ômega Ltda:

12.4.1 Os Avisos de Recebimento dos Correios em correspondência aos ofícios citatórios expedidos a esses responsáveis faltosos, nessa ordem, estão juntados às fls. 153-VP, 135-vol. 1, 205 - VP, 131-VP, 150/1-vol. 1, 160/1-vol. 1 (inclusive edital, fl. 134-vol. 1). Faz-se observar que os ofícios citatórios foram remetidos para os destinatários nos respectivos endereços constantes da base de dados 'CPF' e 'CNPJ' da Receita Federal, como se verifica dos extratos de informações juntados às fls. 163, 164, 166, 162, 165 do vol. 1 destes autos. Registro que não foi possível obter o endereço da Construtora Ômega na base de dados 'CNPJ', pois o número do CNPJ informado na documentação da empresa não está cadastrado na Receita Federal (v. 6.1.4.1 retro). Efetivadas as citações, atendendo à disciplina pertinente às comunicações processuais no âmbito do TCU, estão os responsáveis silentes sujeitos aos efeitos da revelia.

(...)

d) Do Voto que fundamentou o Acórdão 3.179/2010-TCU-Plenário (peça 8, p. 60):

(...)

21. No que tange à Construtora Ômega Ltda. a empresa figurou como emissora da documentação destinada a dar aparência de legalidade à fictícia dispensa de licitação promovida pela prefeitura e, embora tenha sido citada, não compareceu aos autos para contestar essa imputação. Assim, resta caracterizada a função no esquema de fraudes e sua consequente solidariedade o débito apurado.

(...)

e) Do parecer do Ministério Público junto ao TCU, na análise dos recursos de reconsideração, informando o Acórdão 1041/2013-TCU-Plenário (peça 50, p. 18):

(...)

eee) a Construtora Ômega Ltda., à semelhança da Construssonda, tinha também, por procurador, o sr. Wellington Moura, que serviu como testemunha no documento de constituição da empresa, revelando ser, de fato, seu controlador;

fff) não existe registro algum, no Crea/MA, de obra realizada pela Construtora Ômega, ou seja, ela nunca realizou qualquer obra no Estado do Maranhão. O CNPJ consignado nas notas fiscais apresentadas pela empresa não era cadastrado na Receita Federal. A empresa era, portanto, desprovida de existência real;

(...)

4.1.2. Assim, considerando que os fatos relatados no processo apontam para a utilização de pessoa jurídica inexistente para dar aparência de legalidade em dispensa de licitação, e que o pseudo responsável seria Wellington Moura, pessoa física também arrolado como responsável solidário, e para que este Tribunal não venham a constituir processos de cobrança executiva ineptos, recomenda-se a exclusão da Construtora Ômega Ltda do polo passivo da presente tomada de contas especial.

4.2. Por oportuno, considerando que a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança só se aplica à pessoa física, é de bom alvitre acrescentar essa informação, excluindo assim as pessoas jurídicas, ao texto contido no subitem 9.7 do Acórdão 1041/2013-TCU-Plenário - "(...) decretar a inabilitação dos responsáveis indicados no subitem 9.3

retro (...)”.

4.3. A inexatidão material apontada, a exclusão do polo passivo da empresa Construtora Ômega Ltda e o acréscimo da informação de que a pena de inabilitação aplica-se apenas às pessoas físicas indicadas no subitem 9.3 do Acórdão 3179/2010-TCU-Plenário, mantendo-se inalterados os demais termos do *decisum*, não traz qualquer prejuízo comprovado para as partes e não justificam a renovação da notificação dos responsáveis.

5. No que concerne ao Acórdão 1041/2013-TCU-Plenário, que negou provimento aos recursos interpostos contra o Acórdão 3179/2010-TCU-Plenário, ainda estão pendentes as respectivas notificações.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

6. Ante o exposto, submeto o processo à consideração superior, propondo:

a) Preliminarmente, encaminhá-lo ao gabinete do Relator, Ministro Augusto Sherman Cavalcante, para promover as seguintes alterações no Acórdão 3179/2010-TCU-Plenário, sessão de 24/11/2010, ata 43/2010 (peça nº 8, p. 62-63):

a.1) com fulcro na Súmula TCU 145, c/c o MMC nº 4/2013 – Segecex, apostilar referido acórdão, consignando a seguinte alteração, conforme procuração do responsável (peça 25):

onde se lê: CPF 068.170.843-34, **leia-se** CPF 308.937.043-34

a.2) excluir a Construtora Ômega Ltda do rol de responsáveis elencados no subitem 9.3 do Acórdão 3179/2010-TCU-Plenário; e

a.3) acrescentar ao texto contido no subitem 9.7 a informação de que a pena de inabilitação aplica-se apenas às pessoas físicas indicadas no subitem 9.3 do *decisum*, sugerindo-se a seguinte redação: “(...) decretar a inabilitação dos responsáveis, pessoas físicas, indicados no subitem 9.3 retro (...)”

b) posteriormente, encaminhá-lo ao Serviço de Administração desta Secex/MA, ao qual cumprirá:

b.1) renovar a notificação, quanto ao Acórdão 3179/2010-TCU-Plenário, da Sra. Carmina Carmen Lima Barroso Moura (CPF 055.517.223-68), Sr. Walter Pinho Lisboa Filho (CPF 074.646.653-68), Sr. Francisco de Assis Sousa (CPF 308.937.043-34) e N. C. Construções, Perfurações e Comércio Ltda (CNPJ 02.355.977/0001-57);

b.2) proceder à devida notificação de todos os responsáveis acerca do Acórdão 1041/2013-TCU-Plenário, que negou provimento aos recursos interpostos contra o Acórdão 3179/2010-TCU-Plenário; e

b.3) encaminhar e-mail ao SCBEX para inclusão dos inabilitados no item 9.7 do Acórdão 3179/2010-TCU-Plenário no sistema de “Inabilitados/Inidôneos”, após o cálculo do trânsito em julgado.

1ª DT/SECEX/MA, em 10 de junho de 2013.

Lineu de Oliveira Nóbrega
(Assinado Eletronicamente)
AUFC/TCU Mat. 3.185-2